

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30

----- Aos 30 dias do mês de Setembro do ano de 2010, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: --

1. – Período de Antes da Ordem do Dia; -----
2. – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e), nº 1, do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----
3. – Indicação de um Representante desta Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde do Baixo Mondego II; -----
4. – Designação de um cidadão eleitor como Representante desta Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Montemor-o-Velho; -----
5. – Aprovar, sob proposta do Executivo, a 4ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos; -----
6. – Aprovar, sob proposta do Executivo, o Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar em 2011; -----
7. – Aprovar, sob proposta do Executivo, a Derrama a lançar no ano de 2011, relativamente ao exercício de 2010; -----
8. – Aprovar, sob proposta do Executivo, a Participação no IRS (Imposto sobre rendimento das pessoas singulares) no ano de 2010; -----
9. – Aprovar, sob proposta do Executivo, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2011; -----
10. – Aprovar, sob proposta do Executivo, a Adenda ao Protocolo de Delegação de Competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia de Seixo de Gatões, para o ano de 2010; -----
11. – Aprovar, sob proposta do Executivo, o Regulamento de Funcionamento da Componente de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Município de Montemor-o-Velho; -----
12. – Aprovar, sob proposta do Executivo, a Alteração ao Regulamento do serviço de Refeições das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública; -----
13. – Autorizar e aprovar, sob proposta do Executivo, a Apresentação de Estatutos da ACMMM – Agência de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego na sequência da aprovação da candidatura Rede de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego (4º Aviso de Concurso do Regulamento Específico de Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (mais centro Programa Operacional Regional do Centro QREN (2007-2013))); -----
14. – Autorizar e aprovar, sob proposta do Executivo, a Apresentação de Estatutos da Associação Rede de Economias da Criatividade, na sequência da aprovação da Candidatura Rede de Economias da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30

Criatividade (4º Aviso de Concurso do Regulamento Específico de Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (mais centro Operacional Regional do Centro QREN (2007-2013)); -----

15.– Tomada de conhecimento dos Protocolos de Colaboração celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho – Transferências da Administração Central. -----

----- **Presenças – Mesa:** Manuel Eduardo Magalhães Portelinha, Vitor Manuel Monteiro Travassos e Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo. -----

----- **Membros:** Nuno Miguel Pinto Loureiro, João Manuel Major Pinto Correia, Ana Cristina da Silva Jorge, António Manuel da Silva Pagaimo, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, Maria João Batista Sobreiro, Marco Bruno Cardoso Branco de Freitas Góis, Fernando Manuel Dias Monteiro, Rui Manuel da Costa Rodrigues, José Manuel Cardoso Buco, Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte, Edmea Tereza Reis Silva, Margarida Maria Querido Monteiro Carvalho, Altino Ferreira Lopes, Fernando Vitor Ladeira Pereira, Fernando Vitor Ladeira Pereira e José Mendes Simões Monteiro. -----

----- **Presidentes de Junta:** Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Meãs, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Verride, Vila Nova da Barca e Raul Nunes Leitão, Tesoureiro da JF de Tentúgal. -----

----- **Executivo:** Luís Barbosa Marques Leal; Pedro Manuel Monteiro Machado, Isabel de Jesus Maurício Quinteiro, Abel da Silva Oliveira Girão e Emílio Augusto Ferreira Torrão e Paula Elisabete Pires Costa Rama. -----

----- **Ausências** – Lúcio dos Santos Cristo, Nuno Miguel Gaspar Marques Gonçalves, José Carlos Malheiro Leite e David António Coutinho da Costa e Sousa que justificaram e foram substituídos, respectivamente por Nuno Miguel Pinto Loureiro, António Manuel da Silva Pagaimo, Fernando Vitor Ladeira Pereira e José Mendes Simões Monteiro. -----

----- Verificada a existência de quórum o PMAM, em substituição, após cumprimentar os presentes, declarou aberta a sessão, pelas 16 horas e como a MAM não estava completa chamou o Membro Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo para que ocupasse o lugar em falta e, de imediato, e de acordo com o regimentado propôs a inclusão de dois pontos na OT e a sua consequente alteração. Colocada a proposta à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade, passando os três últimos pontos a serem os seguintes:

15. – Área de intervenção do CAR – Pista de Atletismo / Projecto de regeneração urbana de Montemor-o-Velho – Eixo rodoviário pedonalizado de ligação entre o Centro Histórico e a Frente Ribeirinha - Aquisição por via de direito privado de parte do prédio nº 2139, de Fernando Manuel Pereira Coimbra Fernandes.

16. – Hasta pública dos terrenos do Campo de Futebol Municipal, em Montemor-o-Velho; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30

17.– Tomada de conhecimento dos Protocolos de Colaboração celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho – Transferências da Administração Central.-----

----- Aprovada a OT definitiva foi, de imediata, iniciada a sessão. -----

----- **1. – Período de Antes da Ordem do dia** - o SMAM, Vítor Travassos, referiu, então, a correspondência recebida, para além da informação já enviada - pedidos de substituição de Maria Clara dos Santos Carvalho, Marisa Lúcia Tomás Sardão, Cláudio Rafael Camarada Dias, Lídio dos Santos Cristo, José Carlos Malheiro Leite, Nuno Miguel Gaspar Marques e David António Coutinho Costa e Sousa; convites da Direcção da Academia Musical Arazedense, da Direcção do Centro Cultural Recreativo e Desportivo de Liceia e da JF de Pereira; resposta do Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP relativa às dívidas da Administração Pública às Autarquias e em relação aos Transportes Escolares e sobre a imposição pelo Governo do uso de dispositivos electrónicos de matrícula aos utentes da auto-estrada; ofícios da CMMV sobre o Controlo do Endividamento Municipal e sobre os pontos a agendar para esta sessão; da ANMP uma saudação aos Bombeiros de Portugal e aos Serviços Municipais de Protecção Civil.-----

----- Foram colocadas à discussão e votação as actas números 04 e 05, de, respectivamente, 30 de Junho e 26 de Julho, que foram aprovadas, por maioria, com os seguintes resultados: -----

----- Acta número 04, de 30 de Junho de 2010:-----

----- Votos contra - 0; Abstenções - 01; Votos a favor – 34. -----

----- Acta número 05, de 26 de Julho de 2010: -----

----- Votos contra - 0; Abstenções - 03; Votos a favor – 32. -----

----- Foram concedidos cinco minutos para que fossem entregues à MAM as Moções, Requerimentos, Propostas, Recomendações, ou seja, os documentos que os Membros deste Órgão entendessem por convenientes, tendo dado entrada os seguintes:-----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Arazede - "**Arraial Gândarez**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **01**.-----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Santo Varão - "**Felicitações ao vencedor do Prémio Afonso Duarte 2009/2010**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **02**.-----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Verride - "**Felicitações Feira de Gastronomia 2010**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **03**.-----

----- **Moção**, subscrita pelo Membro Fernando Monteiro (CMNRC) – "**Diversos**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **04**.-----

----- **Moção**, subscrita pelo Membro Marco Góis, (PS) "**Moção de Felicitações**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **05**.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30

----- **Moção**, subscrita pelo Membro Edmea Silva (CMNRC) - "**Festas das Colheitas – 28 e 29 de Agosto**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **06**.-----

----- **Moção**, subscrita pelo PJF da Carapinheira - "**Felicitações à Secção de Petanca do Clube Desportivo Carapinheirense**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **07**.-----

----- **Moção**, subscrita pelo PJF da Carapinheira - "**Felicitações à Associação Cultural e Recreativa da Carapinheira**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **08**.-----

----- **Moção**, subscrita pelo PJF da Carapinheira - "**Felicitações ao Núcleo Sportinguista da Carapinheira**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **09**.-----

----- **Moção**, subscrita pelo Membro Fernando Monteiro (CMNRC) - "**Programa “Peregrinações” - Felicitações**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **10**.-----

----- **Moção**, subscrita pelo Membro Filipe Carraco (CMNRC) - "**Felicitações pelos êxitos alcançados**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **11**.-----

----- **Moção**, subscrita pelo Membro Marco Góis (PS) - "**mostr’Arte**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **12**.-----

----- Todas as Moções referidas foram aprovadas, por unanimidade, e serão enviadas às entidades referidas.-----

----- **Intervenção**, subscrita pelo Membro Maria João Sobreiro (CMNRC)- "**Centenário da República Portuguesa**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **13**.-----

----- O Membro Celeste Pires Duarte (CDU) pediu a palavra e disse: “Vou falar da data de 5 de Outubro, não para acrescentar nada à grandiosidade da data mas, simplesmente, para fazer aqui uma observação, de um dado que acho muito curioso – neste dia o Governo vai passear-se por esse País fora inaugurando os Centros Educativos (CE) que foram sendo construídos. Para quem não sabe aqueles Centros são financiados, apenas, em cerca de 50% pelo QREN, para as salas de aula, casas de banho, refeitórios e salão de multiusos ficando de fora, por exemplo, os corredores, os halls e outras obras, pelo que temos de reconhecer que a criação dos CE constitui um enorme esforço financeiro para os Municípios. Por isso, estranho muito que, agora, venha o Governo a ficar bem na fotografia e a inaugurar o que não foi obra do Governo. Já agora, para ficarmos mais esclarecidos sobre isto eu gostaria de saber, só por curiosidade, quais as participações financeiras para o CE de Montemor e de onde é que veio o dinheiro”.-----

----- Outra preocupação prende-se com o que chegou ao meu conhecimento sobre o facto do Centro de Saúde de Liceia estar fechado há perto de 3 semanas, segundo parece por questões de informática. Desconfio, talvez por mau feitio, que a avaria dos computadores não seja motivo suficiente para que as pessoas deixem de ter um serviço que lhes é fundamental do qual dispõem já há muito tempo e gostaria de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30

saber se o Executivo tem conhecimento de alguma outra razão que não seja a informática e se temos ou não motivos para estar preocupados.-----

----- O mesmo se passa em relação aos Correios na Carapinheira que, ultimamente estão fechados, parte do dia, pelo que, também, gostava de saber se há motivos para preocupação, uma vez que, dia a dia estamos a perder serviços o que é motivo para preocupação”.-----

----- O Membro Cristina Jorge pediu a palavra e disse: “A minha intervenção prende-se com o arranque do ano lectivo 2010/2011 começando por dizer que a CMMV continua a apostar na educação estando atento às necessidades dos mais pequenos e dos jovens. Em todos os Agrupamentos, de uma forma geral, mas sobretudo no Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho tudo correu na perfeição e gostaria de deixar, a todos quantos estiveram ligados à azáfama da abertura do CE, no passado dia 13 de Setembro, o reconhecimento do Grupo da Coligação, porque, realmente foi uma tarefa muito árdua para colocar toda aquela estrutura em funcionamento e receber as crianças nesse dia. Claro que, ainda, há situações que merecem algum cuidado e que têm estado a ser acompanhadas e a ser resolvidas mas, realmente, foi muito importante as crianças iniciarem ali o ano escolar. -----

Gostaria de salientar, mais uma vez, o papel fundamental da Autarquia no sector da Educação e, começaria por falar das actividades de enriquecimento curricular, no 1º CEB e que se destinam a todos os alunos que nelas se inscreveram, pretendendo adaptar os tempos de permanência das crianças do nosso Concelho às necessidades das famílias garantindo sejam bem ocupados do ponto de vista pedagógico e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas. Devo dizer que este ano estas actividades iniciaram-se, com normalidade, estando tudo a correr de acordo como o que se esperava.-----

----- Relativamente aos transportes escolares, todos eles foram assegurados, nomeadamente, para o CE, para todas as crianças do pré-escolar e do 1º CEB, num esforço da Autarquia no sentido de assegurar que todas cheguem atempadamente às aulas. Por outro lado o serviço de fornecimento das refeições, a componente de apoio à família do pré-escolar, a colocação das Assistentes Operacionais nalgumas escolas, absolutamente fundamentais para a vigilância e apoio às crianças, não foi descurado pela Autarquia, bem como algumas obras de melhoramento e de manutenção que têm sido feitas nos edifícios pré-escolares do 1º CEB. -----

----- Com todas estas medidas a Autarquia confirma a sua preocupação na área da educação e mostra vontade em proporcionar mais e melhores condições aos alunos, professores e pessoal não docente das escolas do Concelho. A educação é e continuará a ser, na minha perspectiva, uma área de intervenção prioritária da CMMV como um bem social, no sentido de proporcionar uma maior igualdade e equidade de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30

oportunidades de ensino, sendo minha convicção que esta Autarquia continuará a trilhar este caminho proporcionando as melhores condições na aprendizagem e na formação de todas as crianças do Concelho”.

----- O Membro José Monteiro (PS) pediu a palavra e disse: “A minha intervenção prende-se com o início das obras no antigo Largo da Feira, na Carapinheira, que começaram no dia 3 de Setembro, e em que muitos dos residentes questionam o projecto, porque não têm conhecimento do mesmo. O pedido que aqui deixo é para que seja colocado um placard no sentido de se esclarecer o projecto que está a ser implementado”.-----

----- O PJF de Arazede pediu a palavra e disse que não podia deixar de se congratular com uma situação referente ao PLIA e que se prende com a publicação do concurso das obras nas infra-estruturas dos 10 hectares e que vai ser um grande investimento na Freguesia e no Concelho que ronda os 3 milhões de euros, confirmando a afirmação de valor, de competência e de visão estratégica que as gerações actuais e vindouras nunca irão esquecer.-----

----- O PFF de Liceia pediu a palavra e disse: “Comungo da preocupação apresentada pelo Membro Celeste Pires Duarte pois, de facto, o computador parece ter, mesmo, avariado que já está obsoleto e não nos deram garantia de ser ou não reparado. Entretanto, na JF disponibilizámos a comprar o equipamento informático, mas o problema prende-se agora com o facto de só termos médico à segunda e à quarta-feira de manhã, numa terra que não tem transportes colectivos e com uma população bastante idosa, o que é, manifestamente, insuficiente. Têm argumentado que a situação não se poderá alterar enquanto não houver colocação de novos enfermeiros, porque houve muita gente que pediu a reforma, mas isso não é problema nosso. Por isso ou nos arranjam transporte para assegurar a ida das pessoas ao médico ou então não estamos nada bem”.-----

----- O Membro Fernando Monteiro (CMS) pediu a palavra e disse: “Considerando muito importante o desenvolvimento e investimentos que esta CM tem feito nas infra-estruturas nas diversas freguesias do Concelho, não posso deixar de relevar a imensa actividade cultural de iniciativa camarária que tem decorrido neste ano de 2010. E, um facto que marcará este ano são as comemorações de “Fernão Mendes Pinto - 500 Anos”, tendo-se realizado colóquios, conferências, emissão de uma medalha e selo comemorativo, será emitida uma moeda comemorativa de 2 euros e será efectuada uma colecção de arte do Museu do Oriente. E, neste contexto, não podia deixar de referir e evidenciar o programa de “Peregrinações” sobre a qual já se ouviu falar e da qual foi votada uma Moção de apoio e felicitações e que realmente teve uma prestação enorme no Concelho de Montemor. Não posso deixar de referir neste desempenho o trabalho dos grupos de teatro concelhios, não só neste evento, mas também naqueles que já foram referidos e foram objecto de Moção como é o caso do grupo da Casa do Povo de Abrunheira, o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30

grupo do Curral da Mula, a mostr'Arte que pelos vistos, e ficamos felizes por isso, foi de facto um acontecimento relevante e gratificante quer para quem o executou, quer para quem a ele assistiu. De facto, em relação ao programa "Peregrinações" penso que este acontecimento não deveria ser único, porque ele é uma mais-valia de Montemor, poderá potenciar Montemor nas actividades culturais e deveria ter pelo menos, se a situação o permitisse, uma reposição bianual ou, mesmo, anual. Penso que poderia ser enquadrado numa festa, que poderia, realmente, encontrar em Montemor, Lar de Fernão Mendes Pinto, local adequado para que este acontecimento trouxesse, de facto, o retorno merecido para Montemor que é um exemplo de sucesso nas apostas criativas, como se refere na imprensa nacional a par de Cascais e Guimarães. Esta situação foi referida num colóquio, na Fundação Calouste Gulbenkian, em que Autoridades Internacionais o referiram o que, a mim particularmente que estou ligado ao Associativismo e como Montemorense, me enche de orgulho independentemente de quem seja o Executivo que esteja desse lado. Como Montemorense é gratificante verificar que Montemor aposta no caminho certo e não só infra-estrutural, como já disse, mas também na cultura. E nesta situação há também um pormenor que não posso deixar de relevar, porque também são parte interessante que são os Dirigentes Associativos deste Concelho e as Associações, e os homens e mulheres que estão à frente das IPSS's, das Filarmónicas, das Colectividades, dos Clubes Recreativos e Sociais, esses homens e essas mulheres têm prestado um trabalho relevante à Autarquia e eu penso que aqui tem que haver uma simbiose entre a Autarquia e o Movimento Associativo, pelo menos para aqueles que dizem sempre presente às solicitações promovidas pelo Executivo e, por isso penso que muito já foi feito, e muito haverá a fazer ainda no tecido associativo concelhio. Para terminar, queria endereçar à CMMV, pela actividade cultural desenvolvida e, também, aos Dirigentes Associativos do Concelho e para todos, em geral, uma palavra de apreço e incentivo ao trabalho desenvolvido para que a CM, obviamente, nos eleja como parceiros sociais".-----

----- O Membro Rui Rodrigues (PS) pediu a palavra e disse: "Ainda sobre a abertura do novo ano lectivo, fui confrontado por algumas pessoas que trabalham nos refeitórios das Escolas do nosso Concelho e que me causa alguma preocupação porque acaba por haver uma certa ameaça, caso esta situação não se resolva das escolas, dos refeitórios escolares poderem vir a parar. E isto porque no concurso efectuado pela DREC quem ganhou foi a empresa Gertal que não está a respeitar o caderno de encargos, estando a contratar, apenas, as cozinheiras e as restantes trabalhadoras estão a ser colocadas por uma empresa de trabalho temporário que as leva a assinar contrato com eles não sendo remuneradas na altura das interrupções de actividades escolares no Natal, Carnaval ou Páscoa, como era habitual nos anos lectivos anteriores. A Gertal, já foi confrontada com esta situação, pela DREC para resolver o problema, mas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30

acontece que há muito pouco entendimento e, assim, há muitas probabilidades de os refeitórios das escolas poderem vir a parar”. -----

----- O Membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “A minha intervenção prende-se com a entrada em funcionamento do CAR de Montemor, no passado fim-de-semana de 12 e 13 de Setembro e em que se realizou-se a 1ª Grande Competição Internacional naquela infra-estrutura que no fundo tem sido um dos grandes ex-líbris e uma das grandes apostas estratégicas em termos de investimento deste Executivo nos últimos anos. Permitam-me que registre o empenho e o mérito que houve de toda a estrutura da CMMV que, mesmo a contra-relógio, com as dificuldades que fomos presenciando com o atraso na aprovação das candidaturas e no financiamento, conseguiu cumprir os compromissos que haviam sido estabelecidos e julgo que em termos de organização foi bom ver que Montemor conseguiu responder, de maneira muito afirmativa, ao que se pretendia. Este é só um início daquilo que todos auguramos como muito auspicioso para o futuro, em termos do que será a realidade do CAR de Montemor e em que, por exemplo, o remo e a canoagem começam, felizmente, a demonstrar no panorama internacional a capacidade dos nossos atletas e a mais-valia de ter uma infra-estrutura deste calibre que possa garantir resultados ao mais alto nível. Este será o primeiro passo de uma estratégia acertada, uma aposta a médio e longo prazo que, obviamente, tem encargos significativos para o Município, a complementar, com o projecto do Triatlo e cujas obras irão começar, em breve. Numa altura destas e passada que foi a 1ª Prova Internacional realizada no CAR, que nem sempre tem merecido consenso relativamente a esta 2ª fase, julgo que teremos de nos congratular por todo o esforço que este Executivo tem levado a cabo para que no fundo esta infra-estrutura e todos estes investimentos paralelos que começarão agora a surgir sejam uma fonte de orgulho para o nosso Concelho e uma maneira de afirmação, tanto do ponto de vista desportivo, como do ponto de vista organizativo, com a criação de novas fontes de receita que começarão a fruir no Concelho”.-----

----- O PCM prestou, então, diversos esclarecimentos, referindo: “Começo por fazer um desafio à Comissão Permanente da Assembleia Municipal (CPAM) para marcar algumas reuniões com alguma premência para a discussão de alguns temas muito claros. Uma dessas reuniões será já agendada, se possível, para o dia 12 de Outubro, pelas 17h30m, para um encontro com a Comissão com a Faculdade de Economia de Coimbra que está a trabalhar com a CMMV na reestruturação orgânica dos serviços e que, neste último mandato, queria deixar pronta para ser executada a partir dos princípios de 2011.-----

----- Logo que possível e de acordo com a disponibilidade de agenda, debruçar-nos-emos sobre 3 pontos muito importantes: saúde, educação e mobilidade.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30

----- Procurando responder às dúvidas que foram postas, começaria por dizer que as preocupações do Membro Celeste Duarte vêm ao encontro de algo que também a mim me desagradava, mas que por vicissitudes várias de liderança dum Concelho onde eu tenho dado mais do que provas evidentes, muitas vezes, me confunde o FEDER da União Europeia, com Estado Português ou com Governo Português. Essa leitura significa que há, sem sombra de dúvidas, vontade política para aplicação prioritária do esforço financeiro, repartido entre a UE e a subvenção nacional para priorizar essa mesma localização. Por exemplo, o CAR em Montemor que, segundo penso, será o projecto de maior volume financeiro do pacote dos CAR que foram negociados com o POVT, uma das medidas concretas do QREN gerida directamente na negociação com Bruxelas. Assim, quando concretizada esta fase que está agora a decorrer, estarão investidos no CAR 24 milhões de euros, ou seja 6,5 milhões na fase inicial e 17,5 nesta segunda fase. E se formos olhar à origem dos fundos financeiros que lhes estão adstritos gostaria de dizer que a primeira fase de 6,5 milhões de euros teve a comparticipação de 1,5 milhões do programa inerente ao 3º Quadro Comunitário na medida do desporto; 500 mil financiados pela Secretaria de Estado do Turismo e 4,4 milhões pela CMMV. A segunda fase, de 17,5 milhões de euros, quando concretizada, terá 11 milhões 185 mil euros de financiamento do POVT, leia-se QREN, 800 e poucos mil euros do IDP e o remanescente da CMMV que se elevará a 5,6 milhões de euros. Concluindo, Programas Comunitários 12,7 milhões de euros, Câmara de Montemor 10 milhões de euros, Estado Português 1,6 milhões de euros. A candidatura inicial tinha um investimento total previsto de 2,5 milhões de euros dos quais o FEDER que lhe estava associado era 1,7 milhões, sendo o resto da responsabilidade da CM. Por motivos que todos conhecem de baixa execução dos Programas Comunitários, as que se encontram, excepcionalmente, com fim previsto até 31 de Dezembro, podem beneficiar de um co-financiamento em que os valores subiram para 80%. Esta obra do CE vai ficar com equipamentos e tudo por 2,2 milhões, ou seja cerca de 1,7 milhões para a construção do edifício e cerca de 500 mil para equipamento mobiliário e outros apetrechamentos pedagógicos e funcionais. Com base nisso, o FEDER manter-se-á nos 1,7 milhões, tendo descido o valor de construção, mas subido o valor de financiamento havendo uma diferença de 40 mil euros e o remanescente de 500 mil euros são pagos pela CMMV. Há que salientar 2 notas claras - estas taxas de financiamento que são renegociadas não vão permitir que os tectos de FEDER na contratualização por cada Município sejam aumentados, quer dizer isto que a CMMV tinha cerca de 6.250 milhões de FEDER para o percurso de 2007/2013 e ao não estarmos a aumentar a capacidade de financiamento dos 80% temos que deixar cair projectos. Neste momento temos é de o priorizar e dou o exemplo do CE, dos sintéticos implementados e outras obras e vamos ter que redefinir tudo no período de 2011/2013, que tudo aponta que vai ser prorrogado até 2015, dado os níveis de execução. Nós acelerámos investimentos porque era essa a leitura

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30

clara da objectividade dada pela obra pública e temos 3 exemplos no Concelho de Montemor - 9 milhões de euros a serem executados em obras de saneamento, um CE e um CAR, projectos que, neste momento, atingem um nível financeiro de 26 dos 30 milhões que estão em obra pública. Esse esforço cabe apenas a 2 Entidades: ao FEDER e à subvenção, autorizada, aprovada e deferida, excepcionalmente, pelo Ministro das Finanças e elogio, clarifico e realço, a permissão de contrairmos 2 empréstimos extraordinários no montante de 3,2 milhões de euros para podermos fechar os projectos que estamos a fazer. -----

-----O Estado passou para os Municípios a responsabilidade de pagarem a dívida e para quem esteve mais atento verifica que os Municípios no último ano conseguiram descer 77% da dívida pública e o Estado agravou em 14%. Portanto, em relação ao que perguntou, penso ter respondido, concretamente no caso concreto do CE de Montemor que faz parte de um campus académico exemplar no Distrito e no País e a Autarquia fez um outro esforço que considero extremamente importante e salutar da recuperação de todos os imóveis da antiga secundária e alguns das áreas do 3º e 2º Ciclos que vão permitir que hoje tenhamos, formalmente, capacidade para receber 1500 alunos neste grande Agrupamento, desde o pré-escolar ao 12º ano. E aí, há que realçar a prioridade que o Estado Português deu para que a Parque Escolar, Empresa Pública de Investimentos nas áreas das competências de educação que estão acima das competências do Município, tivesse investido em Montemor até agora cerca de 13 milhões de euros. Já não acho tão perfeito que se continuem alguns investimentos quando outros estabelecimentos de ensino no Concelho não têm condições claras de utilização para as actividades extracurriculares, como por exemplo a falta de qualidade das infra-estruturas desportivas da EBI de Pereira. Digo isto com frontalidade, com abertura e com coragem, como direi que sou completamente contrário aos Mega Agrupamentos e acho que dos estabelecimentos previstos na Carta Educativa ligados aos Agrupamentos de Arazede e da Carapinheira terão que ser pensados já em 2011, quer em termos de construção, de terrenos e de ligação funcional e operacional nos diferentes níveis etários e pedagógicos. Penso que em relação à educação, respondi aquilo que sei e o que defendo. Considero que o esforço feito pelo Município deve ser saudado, mas não o faço de uma forma avulsa, publicitária, porque para mim é um investimento na cidadania, na formação pedagógica do futuro dos cidadãos Concelho.-----

----- Na parte que diz respeito à saúde, a minha posição já não é tão optimista nem tão cúmplice na parte que diz respeito à salvaguarda da partilha entre o Poder Central, o Poder Regional e o Poder Local. Tive a oportunidade de levar já ao Executivo Municipal um conjunto de preocupações que levaram a uma reunião na ARS, no passado mês de Agosto, onde há uma preocupação muito grande, porque, em primeiro lugar, os níveis de competências delegadas entre o Poder Central e o Poder Local nesta matéria são completamente diferentes daqueles que existem na área da educação já que não estão regulamentadas,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30

nem assumidas e, fazem da saúde e fazem das pessoas algo de muita pouca importância. A saúde não trata este Concelho como um todo, dividiu-o sem passar cartucho a ninguém em duas Unidades de Saúde - uma sediada, por enquanto, em Arazede e que englobaria as freguesias de Arazede, Seixo e Liceia e, uma outra que comporta todo o resto do Concelho e que está sediada em Montemor-o-Velho, prevendo-se, a médio prazo, num documento a que tive acesso, que partilhei com os Membros do Executivo e em que repudiámos, totalmente, a construção de duas Unidades complementares situadas na Carapinheira e em Pereira. O repúdio desta matéria prende-se, sobretudo, com 3 questões - primeira, falta de diálogo com aqueles que são os mais interessados nesta matéria que são as populações e com os seus PJF; segunda, não prescindindo da educação, da cultura e da segurança social que são bens públicos imprescindíveis e, nesta matéria o que está a ser feito é contrariar todo este desígnio por motivos economicistas, dos quais a população do Concelho não é responsável pela falta de médicos, de enfermeiros ou administrativos ocasionada por má legislação, por reformas antecipadas e por mau acolhimento; terceira - a criação do ASE do Baixo Mondego II, que comporta a Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure, desprestigiou Montemor-o-Velho, baixou a qualificação dos seus funcionários e a sua oferta e não pode ser aceite. O encerramento do CAC foi feito por falta de médicos e essa é uma das questões fulcrais pela qual nos devemos sentar à mesa para discutir as circunstâncias de eventuais encerramentos de Extensões de Saúde ou da criação de Unidades de Saúde de cuidados primários, que defendo mas com outras condições. Na saúde não se pode passar o mesmo que na educação, até por questões de mobilidade e, encapotadamente, estão-nos a impor soluções que devem ser partilhadas e discutidas, daí a justificação que eu pedia para que a CPAM debata estes processos. Nós temos bem presente o exemplo em como fomos dialogantes e fomos levados, permitam-me estes termos. Já disse e repito, que quando o Professor Fernando Regateiro foi Presidente da ARS negociou e levou-nos bem, nalgumas coisas que estamos agora a pagar, com uma nova filosofia e com uma nova estratégia. Claramente, no que diz respeito à saúde, e estou à vontade para o dizer porque tenho obtido consenso unânime na Autarquia, está feito o desafio: venham a Montemor-o-Velho fazer uma reunião em que estejam também os PJF e em que haja um modelo para apresentar e para discutir. Dentro da programação que me foi apresentada defendo intransigentemente na forma, não no conteúdo, enquanto não o verificar. Defendo uma Unidade de Saúde de Cuidados Primários, bem apetrechada com 6 médicos, a funcionar desde as 8 às 22 horas todos os dias da semana, para as freguesias de Pereira e Santo Varão. Onde? Quem constrói? Como? Quando faço estas perguntas, o problema volta para trás, mas defendo, que vamos ter ali 10 mil habitantes, dentro de 2 ou 3 anos, mas voltamos à questão da mobilidade, não se esqueçam disso - como é que vamos transportar os dos Casais Velhos, ou dos Montes de Formoselha. Temos que ter uma leitura clara nesta matéria, e o mesmo se regista quando

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30

me oponho, determinantemente, quando se fala fechar Portela, Tentúgal, Meãs e Seixo e mandar tudo para a Carapinheira.-----

----- Em relação às obras na feira e no Alhastro, na segunda-feira passada disse na reunião do Executivo que tinha já recomendado que, logo que possível, fossem colocadas as placas de sinalização e de financiamento a que somos obrigados, com todos os aspectos da matriz e da tipologia de obras que lá vão ser feitas para poder elucidar todos os interessados. Quero dizer, claramente, que aquele projecto, que esteve várias vezes em discussão pública, vai contemplar um investimento muito próximo dos 800 mil euros, sem IVA e sem trabalhos a mais e que vai criar uma notoriedade urbana de qualidade de lazer e ao mesmo tempo de cartão-de-visita àquela Vila que bem a merece.-----

----- Em relação à questão colocada sobre a Gertal é um problema que nos afecta indirectamente, mas temos que estar presentes e atentos. Como se sabe, a DREC é que fez as concessões, mas o que me disse é um dos exemplos que algumas das pessoas visadas já me tinham transmitido. É uma questão a que vamos estar atentos, vamos pedir esclarecimentos, porque ela resulta da sub-contratualização. -----

----- Finalmente, em relação à questão das “Peregrinações” que foram aqui referidas, quero dizer que o exemplo daquele evento deve ser temático e deve ser repetido como uma forma de catálogo até turístico, e nada impedirá, como acontece noutros modelos funcionais da cultura, que venhamos a ter preparado para lançar, em épocas de veraneio, sobretudo em que a população flutuante desta região do eixo do Vale do Mondego possa permitir uma visita aqui e ao mesmo tempo ligar aspectos de gastronomia, de lazer e de cultura numa programação mais ajustada e mais adequada. Quero salientar que ninguém põe em causa a qualidade, a direcção e o conceito artístico deste projecto, mas não podemos deixar de esquecer que ele é possível, porque há um tecido associativo fortíssimo e porque há uma CM que gasta neste projecto 100 mil euros e, sem querer entrar em adjectivos complementares, esta Autarquia entre a Peregrinação e o Citemor ultrapassa os 130 mil euros de apoio dos 500 que o associativismo todo recebe, ou seja 30% estão em duas iniciativas que têm que ser repensadas na questão da valorização de quem o compõe e, sobretudo na forma que quer atingir e, por isso se por um lado há aqui orgulho nestas questões, não deixa de haver também, para além de uma certa auto-estima, uma auto-critica e que claramente cada vez mais tem que ser posta em cima da mesa. -----

----- Para terminar não posso esquecer o CAR, que deve merecer algumas notas muito claras. A primeira é que ficou demonstrado e isso orgulha-me muito, que temos muitos bons técnicos nesta casa e quando são chamados e sentem que têm uma liderança que está ao lado deles, para trazer dinheiro para Montemor-o-Velho, para devolver à população muitos destes projectos, atinge-se o que se quer. É a demonstração de um profissionalismo que se vê muito pouco na Função Pública e eu chamei-os a todos e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30

agradei aos que tinham gasto uma hora ou aos que tinham gasto dias é isso que quero salientar. E isso levou a repensar a questão da gestão e, neste momento a afirmação não só qualitativa mas também de visualização vai levar a que tenhamos uma leitura muito exigente para que aquilo que é tão importante e para o qual nós contribuímos, não seja gerido externamente por quem só queira tirar proveito e nessa matéria tenho uma ideia muito clara para exigir que a CMMV continue a liderar o processo de gestão e para o qual conto com a maioria das Federações interessadas, disponíveis e interessadas”. -----

----- **2.– Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e), nº 1, do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro -**

Não havendo inscrições para este ponto, passou-se, de imediato, ao ponto seguinte da OT.-----

----- **3.– Indicação de um Representante desta Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde do Baixo Mondego II** - o Membro Filipe Carraco (CMS) apresentou o Membro Décio Matias e o Membro Marco Góis (PS) apresentou o PJF de Vila Nova da Barca Telmo Graça, a candidatos ao lugar.-----

----- Efectuada a votação, por escrutínio secreto, obteve-se o seguinte resultado: Décio António Tinoco Matias da CMNRC – 20 votos; Telmo Pinto Graça do PS – 13 votos; Votos brancos – 02. -----

----- Assim, foi indicado como representante no Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde do Baixo Mondego II, o PJF de Tentúgal, Décio António Tinoco Matias.-----

----- **4.– Designação de um cidadão eleitor como Representante desta Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Montemor-o-Velho** - o Membro Marco Góis (PS) disse que neste ponto da OT o Grupo do PS não indicaria ninguém, porque a primeira indicação tinha resultado de uma negociação entre os Grupos e daí que teria de ser a CMS a indicar o substituto. -----

----- O Membro Filipe Carraco (CMS) referiu que o Grupo indicava o Membro Edmea Tereza Reis Silva-----

----- Efectuada a votação, por escrutínio secreto, obteve -se o seguinte resultado: Edmea Tereza Reis Silva – 20 votos; Votos brancos – 15. -----

----- Assim, foi indicada o Membro Edmea Tereza Reis Silva como representante na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Montemor-o-Velho.-----

----- **5.– Aprovar, sob proposta do Executivo, a 4ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos** - o Membro Celeste Pires Duarte CDU) disse que em relação a este ponto e por uma questão de coerência para como votou aquando da votação do documento, se iria abster pelas mesmíssimas razões. -----

----- O membro Marco Góis (PS) referiu que neste ponto o Grupo do PS iria seguir a orientação de voto que teve na altura da votação do Plano Plurianual de investimentos, abstendo-se, solicitando, no entanto,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30

uma explicação para que o irá ser feito na Escola do 1º CEB de Formoselha que fica com uma dotação muito superior há que tinha. -----

----- O PCM explicou que se prende com o arranjo do espaço exterior superior que levará um piso para as crianças o poderem utilizar sem problemas de afectação física, obra que terá o apoio da Associação de Pais da Escola que fizeram uma feira onde obtiveram receitas e doaram à CMMV, o que constituirá um terço ou metade do investimento. Para além desta obra, salientou a existência de outra verba relativa à EN 335-1, em que não tinha sido incluída a parte do projecto que só agora foi apresentada por parte da Entidade que fez o projecto.-----

----- O Membro Filipe Carraco (CMS) disse que o Grupo da CMS iria votar favoravelmente a proposta do Executivo.-----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta, que foi aprovada por maioria, com o seguinte resultado: Votos a favor – 21; Abstenções – 13; Votos contra – 0. -----

----- **6.– Aprovar, sob proposta do Executivo, o Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar em 2011** - o Membro Marco Góis (PS) pediu a palavra para referir: “ Em relação ao Imposto Municipal sobre Imóveis vamos votar favoravelmente porque estamos conscientes da situação financeira da CM, neste momento e estamos cientes da quantidade de investimento que está a ser feito e, como uma Oposição séria que somos, não poderíamos propor uma redução da receita, mas gostaríamos de deixar alguns alertas. O que nos causa mais de aversão neste ponto é a questão da diferença que acaba por ser pedida aos Municípios entre os que têm ou não as suas habitações avaliadas ao abrigo do código do CIMI e o PS gostaria que se conseguisse encontrar uma forma de, não alterando muito a receita, pudesse ser reduzido”. -----

----- O Membro Celeste Pires Duarte pediu a palavra e disse: “Sei que as transferências do Poder Central são cada vez mais diminutas, que os Municípios estão delapidados e da grande importância que estas receitas têm. Sei isto tudo, só que depois da brutalidade com que fomos presenteados desde ontem com os cortes nos salários, nas pensões, nas comparticipações e outras, debato-me com um grande problema para resolver e, portanto, perante tudo isto digo-vos que não tenho condições anímicas e morais para votar favoravelmente. Vou abster-me porque entendo, de facto, a importância disto, mas isto podia ser até um voto de pesar pelo que está a acontecer aos trabalhadores e aos pensionistas deste País e aos mais pobres”.-----

----- O Membro Fernando Monteiro (CMS) pediu a palavra e referiu: “Este assunto, como é anual, é recorrente e estará sempre em cima da mesa do deve e haver deste tipo de Imposto. É evidente que a conjuntura é o que sabemos e este tipo de impostos tem a promessa associada ao IMT de aumento pelo Poder Central. O actual executivo tem tido sempre algum cuidado no equilíbrio entre as diversas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30

sensibilidades, tentando arranjar uma situação de compromisso que não penalize todos os pagantes de impostos e não cerceie, como já foi dito, uma forma de financiamento camarário. Sabe-se que esta situação ainda configura 2 tipos de avaliação - uma que vigorou até 2003 e outra que começou no início de 2004, o que deixa em desvantagem quem está tributado com a nova Lei do CIMI. Esta Lei tem um prazo e uma moratória de alguns anos e, no concelho, há ainda um grande desfasamento e enquanto não se conseguir colocar toda a gente soba uma tributação global ao abrigo do CIMI, dificilmente se poderá actuar nos coeficientes do Impostos Municipal sobre Imóveis. Concordando com a proposta do Executivo o Grupo da CMS irá votar favoravelmente”. -----

----- O PCM usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos: “Diria que a preocupação que foi manifestada pelos Grupo, de forma diferente, está presente na nossa preocupação, até porque as Finanças não nos transmitem esses dados, que são escassos na tipologia e no quantitativo. Recebemos mais ou menos por ano de IMI 1.200 milhão de euros, e isto significa o quê? Isto é, estamos a receber 70, 75, 90, 100% do real ou mesmo a ultrapassar os 100%, mas esses dados não os conhecemos porque não nos são remetidos. Neste momento estamos à espera da selecção de 4 pessoas, uma das quais com formação em SIG e um deles vai trabalhar na Repartição das Finanças para poder actualizar cadastros e que nos dê uma hipótese de, por exemplo de termos uma aferição, e aí concordo com o que disse o Membro Marco Góis em relação às áreas de maior desertificação populacional, mas também aí os edifícios são mais antigos, de outras gerações e onde as aplicações das taxas são menores e aí pode haver uma duplicação de incentivos que acaba por não ter um peso significativo em termos da mediana que se quer atingir”. -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato à votação, da proposta apresentada, que foi aprovado por maioria, com o seguinte resultado: Votos a favor – 34; Abstenções – 01; Votos contra – 0.-

----- **7.- Aprovar, sob proposta do Executivo, a Derrama a lançar no ano de 2011, relativamente ao exercício de 2010** - o Membro Filipe Carraco referiu que, relativamente, a este Imposto da Derrama, suspenso em 2008, mas previsto no Plano de Saneamento Financeiro, a partir de 2012, aprovado pelo Grupo da Coligação, esta iria manter o mesmo sentido de voto, até porque o valor proposto se encontra dentro mais baixos que se cobram nos municípios vizinhos. -----

----- O Membro Marco Góis, salientou que em relação ao ponto em discussão e a exemplo do anterior, o Grupo do PS iria aprovar a proposta, não lhe parecendo, no entanto, que seja a melhor altura para relançar este Imposto pois será menos um incentivo às empresas para se poderem fixar no concelho, pelo que deixa o alerta para a situação. -----

----- O Membro Celeste Pires Duarte disse que pelas mesmíssimas razões apontadas nos pontos anteriores iria abster-se. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta apresentada, que foi aprovado por maioria, com o seguinte resultado: Votos a favor – 34; Abstenções – 01; Votos contra – 0.-

----- **8.– Aprovar, sob proposta do Executivo, a Participação no IRS (Imposto sobre rendimento das pessoas singulares) no ano de 2010** - Registaram-se as intervenções dos Membros Marco Góis e Filipe Carraco informando que, a exemplo do ano passado iriam aprovar a proposta apresentada. -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta apresentada, que foi aprovado por maioria, com o seguinte resultado: Votos a favor – 34; Abstenções – 01; Votos contra – 0.

----- **9. – Aprovar, sob proposta do Executivo, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2011** - o Membro Filipe Carraco salientou que, exactamente pelas mesmas razões do ponto anterior, e mantendo-se as mesmas condições que foram propostas e aprovadas na AM há um ano atrás, o Grupo da CMS votaria favoravelmente.-----

----- O Membro Marco Góis pediu a palavra e disse: “Em relação a este ponto lê-se na acta do executivo uma informação do Executivo de que o resultado desta taxa, teria um valor insignificante e alguns encargos associados. Gostaria de saber se seria possível o Executivo informar qual a previsão da receita, bem como dos encargos associados a esta taxa. De qualquer das formas e aproveito para dizer que, não obstante estes pedidos de esclarecimentos, iremos aprovar a proposta”. -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta apresentada, que foi aprovada, por unanimidade: Votos a favor – 35; Abstenções – 0; Votos contra – 0. -----

----- **10.– Aprovar, sob proposta do Executivo, a Adenda ao Protocolo de Delegação de Competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia de Seixo de Gatões, para o ano de 2010** - o Membro Rui Rodrigues (PS) interveio dizendo que tratando-se de benefícios para uma freguesia o Grupo do PS iria aprovar a proposta apresentada. -----

Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta apresentada, que foi aprovada, por unanimidade: Votos a favor – 35; Abstenções – 0; Votos contra – 0. -----

----- **11.– Aprovar, sob proposta do Executivo, o Regulamento de Funcionamento da Componente de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Município de Montemor-o-Velho** – o Membro Margarida Carvalho (PS) interveio para dizer que o grupo do Partido Socialista não tem nada a obstar e votará a favor deste Regulamento. -----

----- O Membro Hernâni Rama (CMS) pediu a palavra e disse: “Relativamente ao artigo 9º deste Regulamento, diz-se aqui que o pagamento da mensalidade é feita no dia 8 do mês a que se reporta, mas o que tem vindo a ser explicado, nos Jardins de Infância, é que os pagamentos serão feitos no dia 8 do mês seguinte, ou seja, decorre um mês e é que poderão ser efectuados os pagamentos. Ora, se as pessoas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30

andam a pagar no dia 8 do mês seguinte ou a pensar assim, isto implica a suspensão para toda a gente. Por outro lado ocorre a circunstância de haver muitos dias do mês em que os meninos não vão à escola e essas refeições não são paga e, por isso, sugeria que este número 1 do artigo 9º fosse alterado e que se passasse a pagar até ao dia 8 do mês seguinte o referente ao mês anterior, o que era uma ambição que as pessoas reclamavam quando eu era Vereador da Acção Social. Deixo a sugestão à consideração da AM - que em vez do pagamento da mensalidade ser feita até ao dia 8 do mês a que se reporta, seja feito o pagamento da mensalidade até ao dia 8 do mês seguinte”. -----

----- O Vereador Pedro Machado esclareceu a questão colocada dizendo: “Naturalmente que esta alteração ao Regulamento, decorre de uma discussão tida em sede própria, nomeadamente no Conselho Municipal de Educação (CME) e que recebeu o aval de todos os elementos. As refeições, muitas vezes, quando são previstas e depois são contratualizadas não podem prever, nomeadamente, as faltas e esta foi a forma que o CME encontrou, por unanimidade, de podermos ter um regulamento que se ajusta à realidade do Concelho, naquele que foi o esforço que o Executivo sempre desenvolveu, no sentido de garantir que todas as crianças do Concelho tenham direito a uma refeição. A proposta que aqui se apresenta é no sentido de optimizarmos o funcionamento do que a Câmara administra através de protocolos com as IPSS’s e, dessa forma tem que ter uma programação. Por isso aceito a sugestão que os técnicos e as técnicas do Pelouro da Educação acompanhem de perto o que se passa, mas esta pareceu-nos a forma de optimizar o funcionamento, tendo por base a experiência do ano anterior. Portanto admito em tese, que podemos analisar e avaliar se esta modalidade e esta alteração ao regulamento vem ou não vem trazer eficiência ao funcionamento do serviço de refeições. Se assim não for, eu próprio apresentarei ao Executivo, de acordo com a auscultação prévia aos Agrupamentos e aos técnicos da Câmara, se estamos ou não a ter ganhos de eficácia”. -----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta apresentada, que foi aprovada, por unanimidade: Votos a favor – 35; Abstenções – 0; Votos contra – 0. -----

----- **12.– Aprovar, sob proposta do Executivo, a Alteração ao Regulamento do serviço de Refeições das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública** - o Membro Margarida Carvalho (PS) disse que o Grupo do Partido Socialista votaria favoravelmente a proposta apresentada, solicitando, no entanto, ao Executivo uma vigilância apertada de modo a garantir a qualidade e a diversidade na alimentação, tratando-se de um público-alvo extremamente vulnerável. -----

Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta apresentada, que foi aprovada, por unanimidade: Votos a favor – 35; Abstenções – 0; Votos contra – 0. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30

----- **13.– Autorizar e aprovar, sob proposta do Executivo, a Apresentação de Estatutos da ACMMM – Agência de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego na sequência da aprovação da candidatura Rede de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego (4º Aviso de Concurso do Regulamento Especifico de Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (mais centro Programa Operacional Regional do Centro QREN (2007-2013))** - o Membro Albertina Jorge (PS) referiu que, naturalmente, o Grupo do Partido Socialista votaria favoravelmente esta proposta, desejando que esta candidatura e apresentação dos estatutos dêem, ao Castelo de Montemor-o-Velho, a visibilidade que merece a nível nacional e internacional, servindo, não só, para a sua promoção, mas também para que seja uma mais-valia para o Concelho e para o turismo.-----

----- O Membro Filipe Carraco lembrou que o assunto apresentado vem no decorrer da aprovação da candidatura apresentada em parceria com outros Municípios e, por isso, a Coligação iria aprovar a iniciativa que será uma promoção para o Concelho, a Região e o País. -----

----- O PCM prestou alguns esclarecimentos, dizendo que esta candidatura envolve todo o espaço envolvente do Castelo, bem como a colocação de uma nova iluminação já que o resto é da responsabilidade e da competência da Direcção Regional da Cultura e do ex-IGESPAR, responsável pelo espaço interior. Salientou que o projecto se desenrolará em todos os caminhos que vão dar ao Castelo e que fazem parte do arranjo urbanístico de toda a zona do Centro Histórico que morrem na parte dos ateliers e zonas criativas. Tudo isto implica a mudança da iluminação que vai ser trabalhada de forma sustentável, faseada e com base em energia alternativas e mais simpáticas para o ambiente.-----

Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta apresentada, que foi aprovada, por unanimidade: Votos a favor – 35; Abstenções – 0; Votos contra – 0. -----

----- **14.– Autorizar e aprovar, sob proposta do Executivo, a Apresentação de Estatutos da Associação Rede de Economias da Criatividade, na sequência da aprovação da Candidatura Rede de Economias da Criatividade (4º Aviso de Concurso do Regulamento Especifico de Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (mais centro Operacional Regional do Centro QREN (2007-2013))** - o Membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Iremos aprovar a proposta apresentada, mas, o artigo 15º, no seu ponto 3, deixa-nos algumas preocupações, quando cada associado fundador tem direito a 10 votos e os restantes apenas a 1 voto apenas, e chamamos a atenção do Executivo no sentido de tentar alterar isto, que parece ilegal”.-----

----- O Membro Filipe Carraco (CMS) disse que o Grupo da Coligação iria aprovar a proposta com a garantida de que o Executivo teria em consideração as eventuais ilegalidades existentes. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30

----- O PCM usou da palavra para dizer: “Gostava de fazer alguns considerandos. Primeiro - nós também temos muitas dúvidas, em relação ao artigo referido pelo Membro Albertina Jorge, mas tal vai depender do local em que vai ser feita a escritura e como é que a responsável vai aceitar. Tivemos um caso idêntico, aquando da MOR-ENERGIE que não foi aceite, e ficou para a Assembleia Geral deliberar. Como estes estatutos decorrem das propostas de 6 Municípios, pedia que a AM autorizasse e delegasse na CMMV a ratificação final de podermos assumir a retirada desse ponto caso ele se venha a verificar. Portanto, votam este texto, mas fica, desde já, preconizado que, por questão de obrigação jurídica a retirada desses pontos são viabilizados por este próprio Órgão. Há aqui um aspecto que é fulcral - estes projectos foram aprovados e agora será a assinatura do contrato entre o PO Regional e os parceiros que estão em cada uma das candidaturas e só pode ser feita depois de aprovados os estatutos e legalizados. Por isso, solicitamos autorização à AM para que, caso haja algo nessa matéria que o Executivo tivesse competências para aprovar e assinar, com o devido compromisso de trazermos para ratificação numa próxima AM”.-----

----- O Membro Albertina Jorge disse que o Grupo do Partido Socialista nada tinha a opor à proposta, que ia no seguimento da preocupação apresentada.-----

Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta apresentada, que foi aprovada, por unanimidade: Votos a favor – 35; Abstenções – 0; Votos contra – 0.-----

----- **15. – Área de intervenção do CAR – Pista de Atletismo / Projecto de regeneração urbana de Montemor-o-Velho – Eixo rodoviário pedonalizado de ligação entre o Centro Histórico e a Frente Ribeirinha - Aquisição por via de direito privado de parte do prédio nº 2139, de Fernando Manuel Pereira Coimbra Fernandes** - Registaram-se as intervenções de Marco Góis e de Filipe Carraco que referiram que os Grupos do PS e da Coligação nada tinham a opor considerando que as verbas já estariam previstas, pelo que iriam votar favoravelmente.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta apresentada, que foi aprovada, por unanimidade: Votos a favor – 35; Abstenções – 0; Votos contra – 0.-----

----- O PCM usou da palavra para dizer: “Esta obra vai iniciar-se, simbolicamente, no dia 8 de Outubro, e, em termos concretos, na 2ª feira seguinte pelo que no próximo dia 6 se realizará a última feira normal no espaço que tem sido utilizado, para tal, ao longo de 3 décadas. A feira vai deslocalizar-se para montante, localizando-se entre a Capela de S. Sebastião e o acesso à Ponte das Lavadeiras, envolvendo parte do Parque de Merendas e da zona anexa a esse mesmo espaço. Numa primeira fase não se registará a saída do Centro Equestre, dado que a obra prevista passa pela sua recuperação para a colocação da Pousada da Juventude, ainda em fase de projecto por parte da Ordem dos Arquitectos. Vamos aproveitar para redefinir e seleccionar os feirantes, já que há alguns que, sistematicamente, não pagam os terrados e, então, irá

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30

existir um maior controlo de entrada e saída dos mesmos. Defendo a manutenção da feira, mas a sua total revolução, pois não deve ser espaço que conceda privilégios a quem, não pagando, continua a fazer daquele espaço uma utilização abusiva e irregular. Até ao final do ano as feiras serão avulsas em termos de pagamento e a partir daí é pago trimestralmente com controlo de entradas, o que se espera venha a repercutir-se numa melhoria da qualidade e toda esta transição foi negociada com a Associação dos Feirantes, num diálogo que considero construtivo e amigável. Ao PJJ de Montemor-o-Velho deixo o repto de que agora, mais do que nunca, haverá condições para podermos negociar a transacção da feira para a sua responsabilidade, se assim o pretender, e no local que se julgar mais adequado”.-----

----- **16. – Hasta pública dos terrenos do Campo de Futebol Municipal, em Montemor-o-Velho** - o Membro João Pinto Correia (PS) pediu a palavra e disse: “Todos os presentes sabem, tão bem como eu, o que custou a negociação dos terrenos que irão agora hasta pública e, digo que custou os olhos da cara, porque foi uma negociação difícil, numa altura um pouco conturbada e que me levou a perder algumas horas de sono. Apesar de todas as dificuldades vividas, até concordo que aquele terreno, que é excelente e bem situado seja utilizado para outros fins, mas gostaria de chamar a atenção de que será necessário e urgente que seja bem estudada a tipologia a ser utilizada, com a construção a não poder ser feita de qualquer maneira e esta preocupação não é só minha mas, acima de tudo, do Grupo Partido Socialista. A outra questão que gostaria de colocar prende-se com o que que vai acontecer ao Montemorense? Naturalmente, que o Clube irá ter a oportunidade de jogar, durante mais alguns meses, porque isto não se faz de um dia para o outro, mas depois? Está prevista alguma zona para o campo de futebol dos montemorenses? Será possível que isso aconteça? Não sei. Por isso, gostaria de relembrar algumas questões: que tipo de tipologia irá ser utilizada aquela zona, o que vai ali ser construído, que infra-estruturas e apoios ali vão ser colocadas inclusivamente, para a Pista de Remo ou Centro Desportivo e que não se deixe o Montemorense numa situação difícil, sem condições para treinar e jogar”.-----

----- O Membro Marco Góis (PS), disse: “Sobre este ponto, gostaria de colocar mais uma questão resultante da leitura da acta que recebemos do Executivo. Esta será uma receita prevista no Plano de Saneamento Financeiro e a minha questão é saber, se nesta altura, há por parte do Executivo conhecimento se haverá potenciais compradores considerando que o projecto anterior previa a construção de uma série de moradias e, tendo em consideração a quantidade de imóveis e apartamentos que ainda há por vender em Montemor, não sei se este será o momento mais atractivo para alguém fazer um investimento deste montante. Por todos estes motivos que apresentámos e não por qualquer tipo de saudosismo o Grupo do PS e irá abster-se”.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30

----- O Membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Relativamente a esta questão, que já veio a esta AM e que na altura a hasta pública não teve propostas, voltamos a relançar a questão, em consonância com o que foi aprovado no Plano de Saneamento Financeiro, com determinado tipo de condições e de garantias que se prendem com a questão da garantia de espaços por parte do Atlético Clube Montemorense. Hoje aquele espaço tem uma nova centralidade em Montemor e temos de ter a consciência que hoje em dia aquela é uma infra-estrutura altamente degradada e que em termos da prática desportiva mesmo na formação ou na prática da competição começa a ficar obsoleto. Face aos desenvolvimentos dos últimos anos e da estratégia levada a cabo por este Município, estaremos perante um terreno com condições excelentes para outro tipo de equipamentos ou investimentos ligados à parte privada que sirvam de complemento ao que têm sido os grandes investimentos públicos feitos no Concelho. Nesse sentido, a posição do Grupo da CMS será favorável e julgo que surgirão alternativas para a instalação dum campo municipal com outro tipo de condições e com localizações mais atraentes e mais competitivas com vista ao futuro”.-----

----- O PCM usou da palavra para dizer: “Relativamente à afectividade para com o Montemorense a minha é mesma ou talvez maior, que a de todos vós. Em relação ao futuro e há uma questão que é muito clara é que quando sair daqui o “day-after” já tenha sido gizado e quem vier para o meu lugar comece a pensar com vista ao ano seguinte. E a demonstração do que disse está claramente plasmado nos projectos e investimentos feitos até hoje e que em relação àqueles espaços há que distinguir 2 situações completamente diferentes. Uma delas é o termos de cumprir algo que está previsto naquele Plano que é, nomeadamente, ter capacidade de encaixe de fundos próprios através da alienação do património, porque temos de o demonstrar tecnicamente ao Tribunal de Contas o que significa que temos de cumprir os procedimentos a que fomos cometidos e em 2008 tiveram o seu primeiro exercício que não teve sequência prática e que em 2009, tínhamos ficado de o desenvolver e não podemos passar este ano sem o fazer; segunda nota; um parágrafo concreto considera que tendo-se já iniciada a época desportiva de 2010/2011 e existindo compromissos assumidos para a utilização deste equipamento, o correspondente caderno de encargos deverá prever uma cláusula de deferimento da entrada na posse plena do imóvel pelo adquirente para o fim da época desportiva em curso sem prejuízo da celebração da correspondente escritura; terceiro - com estas palavras, que foram pensadas e ponderadas, direi que não me preocupo nada se ficar outra vez deserto o concurso. Se não ficar, está solucionado o problema da época desportiva e, mediante acordo, poderá a CM autorizar modalidades de prazos de pagamentos que se mostrem mais ajustadas. Não podemos esquecer que há uma questão clara que é Carta Municipal do Desporto que está em fase final de aprovação. Esta é uma área do território que vai ser trabalhada e que vai trazer o maior espaço público de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30

formação, competição e lazer, ganhando todo o espaço que vai desde a zona que está alcatroada aqui do estacionamento da feira até à zona Ribeirinha, onde se vão desenvolver pistas de atletismo, de lazer e onde está prevista a colocação de uma zona verde onde a prática desportiva, como por exemplo o futebol, poderá ter lugar. Por fim, reafirmo que o PCM está disponível para desafiar o ACM, propondo-lhe e doando-lhe um terreno para fazer as mesmas construções com os mesmos níveis de aproveitamento e de investimento, que ficarão como património do Clube, que se assumam e não façam do Campo Municipal o seu albergue e, assim, serem iguais ao Carapinheirense e ao Águias”. -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta apresentada, que foi aprovado por maioria, com o seguinte resultado: Votos a favor – 34; Abstenções – 01; Votos contra – 0.

----- **17.– Tomada de conhecimento dos Protocolos de Colaboração celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho – Transferências da Administração Central** - o PCM usou da palavra para deixar a seguinte informação: “Como sabem o Orçamento de Estado foi aprovado mais tarde do que os protocolos acordados e aprovados com as JF e os respectivos montantes que, então, foram alterados. Perante tal situação tivemos que proceder a correcções tendo existido Juntas que vieram a ganhar verbas, enquanto outras viram as suas reduzidas e isto tem a ver com recenseamento. O que trazemos para conhecimento são os valores que teremos de pagar nas 2 tranches finais do corrente ano para reacterar os valores que, inicialmente, tinham sido aprovados”. -----

----- A AM tomou conhecimento da situação apresentada. -----

----- Todos os pontos presentes nesta Sessão, foram aprovados em minuta, por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

----- Havendo público presente na Sala da AM, registaram-se as seguintes intervenções:

----- A Cidadã Ângela Figueira, residente na Carapinheira, disse: “Sou Membro da Assembleia de Freguesia da Carapinheira e, tudo o que aqui trago são assuntos já debatidos na referida AF e para as quais não obtive resposta. Um deles tem a ver com o Centro Educativo da Carapinheira, que o PJF dizia desconhecer sequer a existência da Carta Educativa do Concelho e que me congratulo por já hoje aqui ter ouvido dizer que o processo irá começar em 2011, estando, para mim, esclarecido. -----

----- O outro assunto tem a ver com o cemitério da Carapinheira que é, talvez, um dos assuntos que mais perguntas levanta naquela terra. Primeiro porque tem uma linha de água a passar junto aos jazigos, depois porque está em obras com valas abertas junto às campas e muros de vedação deitados abaixo e não consigo perceber como é que uma obra privada tem que ter as vedações em tapumes de rede, um painel afixado com o responsável pela obra indicando as datas de início e final e no referido cemitério não existe, apesar de várias sugestões para tratar deste problema. Um Membro da AF, Paulo Monteiro, já propôs ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30

PFJ ir lá com alguns homens colocar tapumes, vedar toda a zona em obras e afixar os avisos, pedindo desculpa pelo incómodo, o que ficaria mais bonito. Do lado direito, quando se entra, o muro já caiu e está ali um depósito de lixo, velas, flores, enfim, conforme se pode verificar pelas fotografias que entregarei à MAM. Isto está assim há anos, em todas as sessões da AF isto é discutido e agora já se queixam que, eu e o Paulo, apresentamos sempre o mesmo assunto.-----

----- Também verificámos que o Regulamento Municipal de Toponímia no que se refere à numeração de polícia não está, minimamente, a ser cumprido estando mesmo a ser desrespeitado. Já enviei um email para o Vereador Abel Girão sobre aquela rua que liga a EB Dr. Santos Bessa à EN 111, e que é vedada todas as terças-feiras, supostamente porque é uma rua privada. Julgo que isso estará em análise se é privada ou é pública ou porque é que é vedada, às terças-feiras. Não me parece justo que quem queira passar tenha sempre de esperar que tirem a corrente para passar e espero que a Comissão de Toponímia já tenha falado sobre isto. -----

----- Por último, naquele prédio novo, na Lavariz, em que supostamente a obra está aprovada, na EN 111, o acesso ao mesmo está a entrar na EN pois aquela saída de emergência terá pouco mais de 1,5 m e não sei se aquilo apanha um bocado por acaso da própria EN, mas, penso que não estará bem assim.”. -----

----- O PJF da Carapinheira disse que, em relação à questão apresentada pelo Membro Celeste Pires Duarte, que os Correios estiveram encerrados, em alternativa meio-dia com Arazede, apenas durante o período de férias tendo já recuperado o seu horário normal. Sobre as restantes situações referentes à Carapinheira e apresentadas pelo público solicitou que as mesmas fossem colocadas por escrito de modo a responder-lhes pela mesma via. -----

----- O Cidadão Mário Galvão pediu a palavra e disse: “Sou da Carapinheira e quero fazer um reparo à CM, já que fui afectado em mais de 7 hectares para a construção da Pista de Remo e nunca ninguém me viu protestar, antes pelo contrário. Penso que temos que ceder espaços para fazer obra para que os nossos filhos não andem aí pelas esquinas a fazerem coisas que, nós sabemos como é que é. Estando de acordo com a obra permitam-me um reparo - nas vias onde houve o Campeonato da Europa aconteceu uma coisa caricata: os meus terrenos são os únicos que confinam em caminho com a pista, os outros confinam em valas de enxugo e, neste caso, precisávamos passar por lá, naqueles três dias para regar o milho. O que é engraçado é que tínhamos lá o guarda armado com uma pistola, em cima do nosso terreno a dizer que não se podia passar. Foi caricato e nós como pessoas do bem, achámos que o moço estava a fazer bom serviço, porque havia pessoas que estavam a querer passar, mas devia haver um salvo-conduto para passarmos para regar, tínhamos que ter acesso ao local, pois durante 3 dias não regámos o milho. Em terreno que é super areado, basta o pó que o milho tem e andou lá muita gentinha a fazer obra e não regavam os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Setembro, 30***

caminhos e acontece que parte do milho, não sabemos se podemos apanhar. Acontece é que agora com o pó, se não vier chuva para lavar aquilo não sei como é que vamos actuar. Isto é só um reparo porque somos os únicos confinantes com o caminho e é só por isso que devíamos ter um salvo-conduto para ir ao campo, só para passar por aquilo que é meu, mas puseram um guarda lá em cima a dizer que não passava. Isto foi estranho, pensei que isto tivesse sido alterado já que com a implantação da democracia neste País, Portugal passou a ser um Estado de Direito”. -----

----- Não havendo mais público, bem como mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a Sessão às 20 horas. E, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada nos termos da Lei.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Manuel Eduardo Magalhães Portelinha

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Vítor Manuel Monteiro Travassos, Dr.

O SEGUNDO SECRETÁRIO

Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, Eng^a.